

## Apresentação em diálogos coletivos

*Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira*

Esta publicação é o resultado de esforços de várias pessoas envolvidas na realização do evento **Amerinidade: Diálogos interculturais e direitos acessados e protagonizados no campo da educação**. Evento este assumido pelo Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação (PPGedu/UNEMAT), com o apoio do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* Mestrado Profissional em Ensino em Contexto Indígena Intercultural (PPGECII/UNEMAT) e Faculdade Indígena Intercultural/FAINDI, cuja abrangência se inscreve como evento paralelo significativo e contributivo para à agenda do maior Seminário de Educação da região Centro Oeste – SEMIEDU. Tal atividade acadêmica, de abrangência internacional, historicamente é proposto pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (PPGE/UFMT), que no ano de 2020, trouxe a temática sobre **Educação Intercultural e Direitos Humanos em Tempo de Pandemia**. Ambas realizações acadêmicas, o seminário e o evento paralelo ocorreram no mês de outubro/2020 de forma remota, considerando as orientações da OMS (Organização Mundial de Saúde) sobre os cuidados e proteção à vida, tendo em vista o mundo estar vivenciando a luta contra o vírus COVID-19.

A Revista de Comunicação Científica – RCC é o espaço de acolhimento das produções dos artigos e resumos expandidos produzidos no evento paralelo, “Amerinidade: Diálogos Interculturais e Direitos Acessados e Protagonizados no Campo da Educação”, sendo esta editada em dois números. Esta apresentação se refere ao primeiro número no qual reunimos as produções realizadas pelos mestrandos do PPGECII junto aos seus orientadores/as, ação mobilizada pela disciplina de Pesquisa em Educação Escolar Indígena – fundamentos e concepções. Este agrupamento cumpre dois objetivos, sendo que o primeiro é o de publicizar as produções realizadas no evento. O segundo objetivo, em coparticipação com o PPGECII, se configura em computar carga horária para o componente curricular pesquisa, de forma remota específica e devidamente orientada, cuja ação fora decidida entre o Programa, orientadores/as e mestrandos/as.



A organização deste número da Revista de Comunicação Científica se estrutura buscando articular as discussões efetivadas nos textos, ao mesmo tempo, que agrupar conforme interpretações feitas sobre o lugar de argumentação. Assim, observamos que as temáticas em discussão giram em torno de Educação Tradicional, Função Política da Escola, Formação Continuada e Possibilidades Curriculares; Questões de língua: revitalização, empréstimo linguístico e uso da língua portuguesa em aldeia.

Os primeiros diálogos nos fazem aproximar da Educação Tradicional, saberes e da ancestralidade espiritualizada do “*Bái Mána Gejewu: Lugar de vida sociocultural e espiritual Bóe Bororo*”. Com profundidade, Benedito Pereira Júnior e Maria Aparecida Rezende explicam esse espaço como lugar de Educação Tradicional assentado na oralidade. Assim, também Nivaldo Korira'i Tapirapé e Adailton Alves da Silva trazem a Takãra, espaço central para manutenção e fortalecimento dos saberes e conhecimentos socioculturais do povo Apyãwa-Tapirapé.

Os lugares apresentados, são lugares de vivências culturais alinhados a cosmovisão dos respectivos povos. Os lugares, o são delimitados ou lidos nas manifestações da natureza espiritualizada, fazendo com que a forma e a maneira de ver o mundo esteja articulado a uma complexidade filosófica ameríndia que busca explicar o mundo e as coisas conforme a complementariedade com o mundo ao qual fazem/fazemos parte.

Assim, os olhares nos remetem ao cosmo, ao céu do povo Manoki e os seus ensinamentos sobre o tempo na terra. O texto discute a importância da proximidade, e o afastamento necessário em contexto de pandemia do Covid19. Assim, os autores Edivaldo Lourival Mampuche e João Severino Filho dizem: “*Durante essa pandemia podemos perceber o quanto a escola em quatro paredes limita o aprendizado dos alunos indígenas*”. É como se o céu, mecanismo de informações temporais influenciáveis ao tempo da chuva, das plantas, das caças e da produção da educação escolar indígena intercultural também ficassem distantes e em isolamento.

São etnoconhecimentos constituindo o Bem Viver dos povos originários, ainda que com dificuldades, porém, com processos de resistências e resiliências. São conhecimentos tradicionais como nos trazem Eneida Kuponodepá e Jussara de Araújo Gonçalves sobre a pesca do Timbó do Povo Balatiponé/Umutina, um



conhecimento que de acordo com as autoras “envolve saberes e fazeres culturais que ficaram armazenados na memória dos anciões e transmitidos para seus filhos através da oralidade e que a mesma precisa ser respeitada”. Essas escritas abordam a ancestralidade, à memória e a Educação Tradicional em processo de reflexão e dinamicidade.

Dialogando com essas reflexões, com os saberes tradicionais, com a etnociência de diferentes povos originários, lê-se que todos esses saberes em dinamicidade dialogam com a contemporaneidade, no sentido de manutenção, fortalecimento e ressignificações, palavras com significantes etnopolíticos e da etnosobrevivência.

Sabemos que a Mãe-Terra é composta de elementos essenciais como a água, o ar, a luz solar e ela se relaciona com todos os seres que nela habita, seres vivos, seres da espiritualidade, e, todas os impactos que sofre, com queimadas, alteração de poluição ou de mal uso de suas águas, os desmatamentos trazem sofrimento. Um sofrimento que afeta a todos e todas, mesmo áqueles que parecem não perceberem, ou que fazem a opção em produzir um ‘*progresso*’ de ilusões. Pois, como todos os seres do mundo têm vida, a Mãe-Terra também têm, e a cada impacto físico outros são produzidos. Assim, leio as preocupações de Kavisgo Txicão e Raimundo França em relação as “Mudanças climáticas: interferências no calendário tradicional do povo Ikpeng”.

Tais abordagens se associam a cosmovisões específicas e diferenciadas e, estas tem sido foco reflexivo, principalmente, na ância de responder a construção da uma escola específica, intercultural e diferenciada, uma escola que tenha alteridade, para tanto, necessário se faz questionar o espaço da educação escolarizada, questionar a “função sociopolítica e cultural da docência indígena”. Nesta contribuição, Romero Paiter Surui Mopidapenen e Heloisa Sales Gentil nos remetem para a docência na educação escolar indígena face ao desafio da responsabilidade em relação à cultura tradicional e os conhecimentos não indígenas. Alertam para o uso e a construção de uma docência específica enquanto direito de professores/as indígenas, produzindo uma reflexão sobre a função da escola a partir do reconhecimento do direito de fazê-la própria.

Nessa perspectiva, o currículo das escolas indígenas podem ser possibilidades da produção intercultural, uma interculturalidade crítica que se



movimenta para a transformação e a permanência de direitos. assim, discutir a “Arquitetura Indígena Hati: A Casa Haliti Paresi” e Possibilidades de Inserção no Currículo Escolar, é mobilizar estratégias pedagógicas de ensino e aprendizagem que colaboram com a construção de uma educação escolarizada específica e intercultural. Nesse sentido, as contribuições de Pedro Nazokemai e Lisanil da Conceição Patrocínio Pereira se articulam com a proposição de pesquisa e escrita textual de Nilce Zonizokemairo e Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira quando versam sobre as “Possibilidades de Contribuições da Educação Escolar Indígena no Fortalecimento do Zerati – Haliti Paresi”, pois o fazem via proposição pedagógica no currículo escolar, assumindo essa perspectiva como processo de ensino e de fortalecimento de culturas ancestrais.

Pensar em educação escolar indígena, é também pensar em processos de escrita, de alfabetização. É rememorar a história... tempo em que a alfabetização primou pela Língua Portuguesa, período de silenciamentos. Mas, como diz Eni Orlandi (2013), silêncios que gritam/gritaram, e, que na atualidade, de maneira esperançosa, do verbo esperar, que não espera, mas, avança para um outro tempo, como nos ensina Paulo Freire (2005) Sobre essa reflexão, contamos com a colaboração do texto “Por uma Epistemologia da Alfabetização dos Estudantes Chiquitano da/na Aldeia Vila Nova Barbecho”, estudo em desenvolvimento por Saturnina Urupe Chue e Lúcia Helena Alvarez Leite. E também sobre estudos acerca dos processos de Alfabetização das Crianças Apyãwa de Segunda Fase do Primeiro Ciclo na Escola Indígena Estadual Tapi'itãwa: Letramento em Língua Materna, das autoras Koxawiri Tapirapé e Eunice Dias de Paula. São epistemologias e Paradigmas diferentes e ambas pretendem atender a realidade considerando do processo alfabetizador dentro do contexto cultural, das epistemologias próprias, e da situação sociolinguística.

Considerando história e as diferentes situações sociolinguística dos povos originários, no país e Estado de Mato Grosso, há em muitas comunidades indígenas uma política sociolinguística que objetiva revitalizar e/ou fortalecer os seus próprios idiomas. Assim, por parte de Luizinho Ariabo Quezo e Mônica Cidele da Cruz a proposição é vivenciar pesquisa e experiências de ensino abordando a revitalização e o fortalecimento linguístico com a produção de “Material Pedagógico com Catalogação de Espécies de Peixes em Língua Indígena Balatiponé”. Esse trabalho



pedagógico cumpre a finalidade da revitalização e do reconhecimento de uma língua específica e identitária. Ainda contribui nesta perspectiva, Jones de Adenilson Manhuari Crixí e Luzia Aparecida Oliva, com a pesquisa sobre o “Ensino da Língua Materna Munduruku através dos Cânticos: Uma Possível Metodologia para o Fortalecimento Linguístico e Cultural”. São trabalhos que rompem a colonialidade do poder escolarizado e protagonizam a partir da língua materna uma política de educação própria para seu povo.

Nesta mesma linha interpretativa e de condução de pesquisa, Naraiel Paíter Suruí e Mônica Cidele da Cruz revelam a importância do aprofundamento na língua originária propondo trabalhar “A morfologia e a Sintaxe dos Verbos na Língua Paíter Suruí: As Construções Causativas”. Não menos importante, e com bastante sensibilidade e legítimo conhecimento histórico do povo Chiquitano na construção da identidade étnica, a mestrandia Maria Siria Rupe e Lucimar Luisa Ferreira propõem em texto abordar sobre os “Gêneros Textuais da e na Língua Indígena Chiquitano e a Prática da Oralidade na Língua Étnica”. Essas proposições se inserem num movimento de lutas históricas pela permanência da língua, pelo reconhecimento das diferenças e da resignificação da escola acolhendo a língua originária como direito de reconstrução identitária e de ensino de língua Materna.

Como sabemos, a língua, a cultura, a forma de estar no mundo, são ações dinâmicas, que estão em movimento e de maneira complexa se interculturalizam sem deixar o que é fundamental e essencial para a formação de pessoas étnicas nos seus grupos de origem. Pela dinamicidade em estar no mundo e pelas trocas interculturais, no que se refere a língua, ocorre um fenômeno denominado de empréstimo linguístico, que é a incorporação ao léxico de uma língua de um termo pertencente a outra língua. Esse fenômeno causa algumas alterações na língua originária, assim, para esta contribuição, temos o texto “Empréstimo Linguístico no Povo Munduruku de Mato Grosso : Contribuição e Variação Linguística do Português na Língua Munduruku” dos autores, Marcelo Manhuari Munduruku e Luzia Aparecida Oliva. Ainda nessa perspectiva, contamos com a contribuição de Caimi Waiassé Xavante e Neodir Paulo Travessini que trazem a discussão do empréstimo linguístico, porém via influência da tecnologia audiovisual. Assim, apresentam no texto uma proposta de pesquisa sobre “A influência da tecnologia audiovisual nos empréstimos da língua portuguesa para a língua Xavante”.



Os empréstimos ocorrem em várias línguas, mas há também a constituição de um português dentro das aldeias, trata-se de uma realidade diferente, como havíamos dito, a língua é dinâmica e o português falado nas aldeias sofrem influências, e, portanto, pode-se dizer que se constrói um português Terena e um português Kayapó, por exemplo. Para melhor abordar esse assunto nos ancoramos no texto propositivo da pesquisa intitulada “Ensino de Português na Confluência de Línguas no mesmo espaço escolar Terena e Kayapó – MT” de autoria de Micael Turi Rondon e Lucimar Luisa Ferreira. Trata-se de um desafio em buscar compreender o ensino da língua Portuguesa em contexto de realidades culturais e cosmológicas diferentes.

Observa-se que os textos que abordam a questão da língua se apresentam de maneira diferente e de forma profunda, pois a língua é parte da identidade dos respectivos povos. Assim, os trabalhos que aqui estão sendo publicados são proposições comprometidas com a produção de pesquisas que realmente contribuam com o lugar cultural a que estas pertencem.

Reconhecer o lugar de pertencimento, é empoderar-se em alteridade, ou seja, em constituição do próprio eu, e do reconhecimento do outro. Assim, a própria história funciona como um mecanismo de luta, de resistência e de resiliência tática na manutenção de direitos, como território, saúde, educação, direito da manifestação da cultura própria. Pomerquenpo Txicão e Carlos Edinei de Oliveira nos aproximam deste pensamento ao propor o estudo junto ao Povo Ikpeng, buscando investigar a trajetória percorrida pelos Ikpeng, desde a sua retirada forçada do território ancestral que habitavam, até se instalarem na atual Terra Indígena do Alto Xingu. Uma reconstrução histórica permeada de luta e cultura, ensinamentos e aprendizagens que serão registradas.

Tomar consciência do lugar que ocupamos, do lugar na história escrita por mestrando indígenas é produzir a decolonialidade. Desta forma, vamos finalizando com o texto que propõe investigar as “Contribuições de Daniel Matenho Cabixi e João Arrezomãe para a formação continuada de professores Haliti Paresi: fortalecendo a autonomia de um povo”. Um texto, proposto por Edicléia Paresi e Maria Helena Rodrigues Paes, que aborda a presença dessas lideranças no pensamento filosófico organizativo da Escola Indígena Paresi.



## Prefácio

Enfim, finalizamos as apreciações e apresentações dos textos que se seguem no interior da revista. São textos de escrita simples, mas de uma profundidade etnopolítica em todas as proposições feitas. Textos protagonizados pelos mestrandos/as indígenas do PPGECEI, em colaboração com seus (suas) respectivos (as) orientadores (as). Textos que compõem a Amerinidade: Diálogos interculturais e direitos acessados e protagonizados no campo da educação.

